

## Posicionamento a Respeito do Significado e Função da Vestimenta Litúrgica

Conselho de Liturgia

### Introdução

Lê-se

— na *Confissão de Augsburgo*, Art. 14: “Da ordem eclesiástica ensinam que ninguém deve publicamente ensinar na Igreja ou administrar os Sacramentos, a menos que seja legitimamente chamado.”

— no *Regulamento do Exercício Público do Ministério Pastoral* na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1994), Art. 3: “O Ministério Público será exercido por pastores e pastoras ordenados pela Igreja, em responsabilidade perante Deus e as pessoas.”

— no *Estatuto do Exercício Público do Ministério Eclesiástico* na IECLB (1994), Art. 2: “O direito ao exercício público do Ministério Eclesiástico (...) será reservado a pessoas devidamente capacitadas e ordenadas pela Igreja.”

— em *Nossa Fé — Nossa Vida*: “Qual a função dos ministérios? Os ministérios estão a serviço de Deus e orientam a comunidade no cumprimento de sua tarefa.” (P. 6.)

— no *Regulamento do Ministério Pastoral* de 1981, Cap. III, Art. 17, Par. 1 (infelizmente omitido no novo Regulamento de 1994, mas que traz uma definição muito clara e precisa da *ordenação*): “Através da oração e da imposição das mãos é confiado o Ministério Pastoral da IECLB. Ele é ordenado, consagrado e enviado ao serviço de nosso Senhor Jesus Cristo.”

A questão da vestimenta litúrgica na IECLB envolve duas perguntas básicas: 1) O que convém usar, o talar ou a alba? Sobre isso há decisões e uma caminhada está acontecendo. 2) Ou vamos abolir a veste litúrgica? O que as comunidades pensam sobre essas questões?

O Conselho de Liturgia fez uma pesquisa durante o ano de 1994. Todos os pastorados foram solicitados a opinar sobre a adoção da alba. Temos *um* abaixo-assinado que pede a abolição das vestes litúrgicas. Temos mais de *quarenta* cartas e abaixo-assinados que louvam o convite feito às comunidades para que elas opinassem a respeito do assunto. O que se percebe basicamente? Há comunidades

que preferem ficar com o talar. Há comunidades que preferem a alba. Há comunidades que optaram pela adoção conjunta, insistindo que se trata de um processo que requer tempo. Mas para todas, menos uma, além de algumas opiniões isoladas, é ponto pacífico que a vestimenta litúrgica deve permanecer em uso na IECLB. Voltaremos ao assunto abaixo.

Como Igreja da Palavra, *Igreja que se orienta pela Palavra*, cabe um sério questionamento: há argumento bíblico em defesa do uso da vestimenta litúrgica? Fica difícil achar este argumento para o talar (preto). Mas, em relação à alba, sua cor expressa um simbolismo bíblico acentuado. O branco, reluzente, transparece como cor de Cristo e dos cristãos (Mt 17.2; 17.5; 5.14; Jo 8.12; Ap 1.13s. In: Lutherische Liturgische Konferenz Deutschlands — LLKD, *Liturgische Kleidung im Evangelischen Gottesdienst*, p. 12-3.) Verdade é que “o Novo Testamento não prescreve uma vestimenta cúlrica específica” (ibid., p. 22).

Todavia, é possível concluir, sem grande esforço, a partir do conjunto de expressões bíblicas que fazem referência à questão das vestes, que “uma vestimenta cúlrica especial pode expressar simbolicamente que o evangelho quer ser compreendido como mensagem de alegria e a Santa Ceia como celebração dos redimidos com o Cristo ressurreto” (p. 34). É possível perceber — e para isso a psicologia nos ajuda — que a vestimenta litúrgica (clara) pode ajudar nossos membros a simbolizar o fato (expresso, p. ex., pelo sentido da ordenação) de que os pastores e pastoras não são visionários, ou representantes do Estado, ou ..., ou ..., mas portadores da mensagem do Cristo morto e ressuscitado. “Quem se deixa chamar e é ordenado para o ministério da pregação usa-a [sc. a vestimenta litúrgica] como expressão da entrega de sua vida ao serviço em nome de Jesus Cristo” (p. 40).

Mesmo assim, não se pode tratar de vestimentas litúrgicas exclusivamente do ponto de vista bíblico. Elas requerem muito mais um enfoque à luz da identidade e da ordem da Igreja, da dimensão poimênica inerente à pessoa do/a pastor/a e do que ele/a representa, do significado do culto cristão, da dimensão antropológica. Nesta ótica, o tema requer uma releitura e reinterpretação e, principalmente, o diálogo com as comunidades da Igreja. Para ajudar nesta direção, seguem-se os pontos abaixo.

## Vestimenta Litúrgica

1. Vestimenta litúrgica é *identidade*. Trazemos algumas declarações (arquivadas) de comunidades em defesa do talar e da alba:

A vestimenta litúrgica é “uma espécie de identidade perante o público e também tem uma tradição de mais de 150 anos.” “O talar é importante pois identifica o pastor.” “Em celebrações ecumênicas, é muito importante para algumas pessoas poderem dizer: Este é o nosso pastor.”

“Há 136 anos os pastores de nossa comunidade usam o talar. Por conseguinte, é inegável que o talar preto criou uma identidade” (citam o que o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda diz “acerca do termo identidade: ‘Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa...’”). “Não é exagero afirmar que o talar preto traz em si ‘um conjunto de caracteres próprios e exclusivos’ de uma função (*Amt*) e de uma Igreja — a IECLB. Exceção feita às crianças, a ninguém mais se precisa explicar o ‘homem de preto’. Ele é o pastor na IECLB.” A mesma carta lembra a confusão reinante, nos tempos atuais, em torno das palavras “pastor e evangélico. Elas não mais identificam alguém da IECLB.” Entendem, por isso, que o talar (no caso específico) ajuda a preservar uma determinada identificação. De outra comunidade: “Se não se usar o talar vai faltar a parte visual.”

Na carta pastoral de 19.01.1989 (IECLB 4497/89) o então presidente da Igreja escrevia: “Também o talar é símbolo de identificação.”

2. Vestimenta litúrgica ajuda a garantir a *dignidade* inerente ao ministério que ela identifica. O pastor presidente, conforme a mesma carta acima citada, continua:

Seu uso [sc. da veste litúrgica] evidentemente não implica salvação ou perdição. (...) ele assegura a celebração condigna. Além disso, evidencia um compromisso do pastor ou da pastora de não falar e agir em qualidade particular, mas sim como alguém oficialmente encarregado e responsabilizado. Disse-me um colega certa vez que o talar encobre misericordiosamente nossa indignidade. É sinal de autorização para pregar a palavra de Deus apesar de nosso pecado. Considero isto um pensamento muito profundo. Sob esta perspectiva, quem se arrisca a officiar sem o talar?

Silvio Tesche escreve, acerca da dignidade, que a veste tem a função de “facilitar, como veste de ofício, que a celebração do sacramento se desenvolva, a partir desse elemento cultural, com a necessária dignidade” (*Vestes Litúrgicas: Elementos de Prodigalidade ou Dominação?*, São Leopoldo, Sinodal/IEPG, 1995, p. 71).

Apesar do necessário cuidado que requerem, vale lembrar os Art. VII e VIII da Apologia da Confissão de Augsburgo: “porquanto os ministros agem em lugar de Cristo, não representam as pessoas deles, conforme aquilo de Cristo: ‘Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim.’” O pastor, a pastora, como pessoa ordenada pela comunidade para exercer uma função específica, recobre-se com a veste litúrgica, dá um passo para trás enquanto indivíduo, deixando que venha à frente, para perto da comunidade, a causa de Cristo, aquilo que Ele é, que Ele pede, que Ele fez e faz.

3. Vestimenta litúrgica, juntamente com outros símbolos, ajuda a preservar a *dimensão de alegria* do culto cristão, bem como permite que as pessoas exercitem os cinco *sentidos*. Silvio Tesche, em sua dissertação de mestrado, lembra que Lutero viu as vestes paramentais como “*additamenta externa*, ou seja, aqueles elementos somáticos de prodigalidade e adoração não-verbal com que o povo de

Deus (...) retornou a Cristo para celebrar, pela fé, aquela festa escatológica do Novo Testamento ou Santa Missa” (p. 61).

A Reforma recuperou a centralidade do evangelho: Jesus Cristo e sua causa. Ela condenou tudo que encobria e obscurecia este centro da fé. Resguardada, pois, a premissa de que Palavra e Sacramento constituem o centro do culto cristão, as vestimentas litúrgicas devem ser vistas

a partir de seu papel de cerimônias instituídas pelos seres humanos, as quais devem servir, pela presença de suas cores (...) a representar a pródiga natureza redimida, para “promover essa obra de ação de graças de Deus” que é a Missa, no sentido de (...) sublinhar-lhe o espírito de alegria (...) e gratuidade (...). (P. 71.)

4. Vestimenta litúrgica sinaliza o *papel específico* desempenhado por alguém. Esta reflexão é desenvolvida por Karl-Heinrich Bieritz, *Gottesdienst* (2. ed., Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1987). Segundo ele, onde pessoas se encontram e se relacionam, todas desempenham determinados papéis. Uma vestimenta específica sinaliza um papel com tarefas específicas. Assim, a vestimenta litúrgica aponta para o fato de que o/a pastor/a desempenha um papel determinado (p. 29-31).

Constantemente nos confrontamos com o fato de que um modo inadequado de lidar com essas coisas pode obscurecer ou falsear a mensagem que quer expressar-se no culto. Inversamente, um modo adequado de lidar [com as vestes litúrgicas] pode expressar e tornar realidade essa mensagem de uma maneira muito concreta no culto da comunidade. (P. 32.)

5. Vestimenta litúrgica, por via de regra, não é propriedade dos/as pastores/as. Pertence à comunidade, como os outros paramentos (*Liturgische Kleidung im Evangelischen Gottesdienst*, p. 35). As vestimentas litúrgicas ajudam a visualizar também essa dimensão de que o/a pastor/a foi *ordenado/a* pela comunidade para desempenhar o *serviço* de pregar o evangelho e administrar os sacramentos. Neste sentido, teríamos a possibilidade de recuperar tal dimensão da compreensão de ministério pastoral de uma forma muito visível, palpável. Por exemplo: quando um /a pastor/a é instalado/a num campo de trabalho, recebe das mãos de representantes deste campo a veste litúrgica. (Outro exemplo: no início do culto, enquanto a comunidade entoava o primeiro hino, alguém que a representa entrega ao presidente da celebração [o/a pastor/a] as vestimentas litúrgicas.)

6. Vestimentas litúrgicas (independentemente do modelo) são elementos úteis na *caminhada ecumênica* (pensando, por exemplo, em termos de Conselho Mundial de Igrejas). Vale lembrar o que disse Melancthon. Ele via “as vestes como expressão da continuidade das igrejas da Reforma com seu passado católico” (Tesch, op. cit., p. 71).

7. Finalmente, seja dita uma palavra específica sobre a *estola*. Ela pode ter muitas interpretações. Relevante parece ser esta: a estola é sinal de reconhecimento da ordenação. “A estola é sinal da função do/a pastor/a e por isso é usada somente pelos/as pastores/as ordenados/as” (*Liturgische Kleidung im Evangelischen Gottesdienst*, p. 48). A estola não é autorização para o exercício do poder, mas sinal do chamamento da comunidade e de alguém ordenado que carrega o jugo decorrente da obediência ao Senhor (Mt 11.29s.) (*ibid.*, p. 22). O resgate da ordenação poderia ocorrer de uma forma muito simbólica: a pessoa que é ordenada recebe sua estola no ato da ordenação.